



MANIFESTO DOS AUDITORES-FISCAIS MEMBROS DE EQAUD

Os Auditores-Fiscais abaixo assinados, membros das EQAUDs regionais e das equipes nacionais de Auditoria de Direito Creditório, vêm externar profunda indignação com o descaso do governo para com os relevantes trabalhos desenvolvidos pela Receita Federal do Brasil, instituição essencial e de enorme importância ao Estado brasileiro, fundamental para sua própria existência.

Garante nossa Constituição que as administrações tributárias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades. Contudo, esse importante dispositivo constitucional virou letra morta, quando faz referência ao âmbito federal. Ironicamente, o órgão responsável pela sustentação orçamentária da União, bem como parcialmente de Estados e Municípios, por meio dos fundos de participação, é o que menos encontra disponibilidade de recursos, para si próprio.

Sucessivos cortes orçamentários, reduzindo a menos da metade os recursos minimamente necessários à plena atuação do órgão no combate à sonegação, à corrupção, às grandes fraudes tributárias, à concorrência desleal, ao contrabando e tráfico de drogas, colocarão a Receita Federal de joelhos perante os infratores e criminosos, sem chances de reação.

A garantia da arrecadação tributária e previdenciária, a proteção à indústria nacional e ao emprego, o resguardo da saúde pública, são exemplos de atividades que serão bastante prejudicadas pelo orçamento diminuto e pela desvalorização da autoridade tributária e aduaneira da União. Em diversas localidades fronteiriças pelo País afora, o Auditor-Fiscal é a única autoridade presente na proteção de nossas fronteiras.

Mas apesar da importância ímpar do Auditor-Fiscal para a sociedade, há 6 anos que aguardamos a publicação de Decreto para a regulamentação necessária da Lei nº 13.464/2017 (conversão da MP nº 765/2016), de modo a se instituir sistemática de remuneração variável, meritocrática, atrelada a índices de desempenho da Receita Federal, denominada bônus de eficiência, amplamente utilizada em outras entidades públicas. Além de não se tratar de reajuste, na hipótese de ocorrer aumento de despesas com pessoal, há fundo específico da Receita Federal, o FUNDAF, que garantirá a correspondente fonte de recursos necessária, não sendo preciso se utilizar de nenhuma outra rubrica do orçamento disponível à União, as quais permanecerão intactas.

Contudo, inobstante a expressa determinação legal para regulamentação da remuneração variável, o que se viu nos últimos anos, e o que se vê novamente ocorrer agora, é o reconhecimento e valorização do governo pelo trabalho de outros cargos federais apenas, através do aumento de vencimentos, ou por meio de reestruturação de carreiras, ou da instituição de honorários, enquanto o acordo firmado com os Auditores-Fiscais, de muitos anos atrás, permanece descumprido e ignorado. Por questões de justiça, relevância e prioridades, deveríamos estar sendo ouvidos por primeiro nesse momento atual.



A recente promessa do governo para aumento a outras categorias de servidores, novamente esquecendo-se da Receita Federal, justamente às custas do orçamento que fora suprimido do órgão, foi a gota d'água para a completa revolta dos Auditores-Fiscais.

Ocorre que ao longo dos últimos anos, apesar da notória e crescente insatisfação dos Auditores, a administração da Receita Federal não foi enfática o suficiente junto ao governo, sobre a premente necessidade da regulamentação do programa de eficiência, de novos e periódicos concursos públicos e da necessidade de orçamento condigno às atribuições do órgão. Essa falta de propósitos firmes dos nossos últimos administradores, que não faltou aos dirigentes de outras instituições, foi primordial para chegarmos na situação desesperadora que nos encontramos agora. Ouvia-se sempre dos governantes, com ampla repercussão na administração da casa, de que “não era o momento”, embora tenha sido o melhor momento para muitos outros.

A depender da força com que historicamente a alta administração da RFB buscou o atendimento de seus pleitos, esse momento oportuno jamais chegará. Seremos sempre ultrapassados por outros órgãos, cujos dirigentes não aceitam, em hipótese alguma, a diminuição de suas instituições e servidores, ainda mais reiteradamente, ao longo de anos. Enquanto isso, os esforços do honrado corpo funcional da Receita Federal, vão sendo constantemente vertidos para a valorização de outros órgãos e carreiras. Isso precisa mudar, e agora! Necessitamos do total e irrestrito envolvimento de nossa administração, em todos os níveis, de modo a salvaguardar a própria sobrevivência da casa.

Mas uma vez que inexistente a mínima sensibilidade do governo federal para com a instituição Receita Federal e seus servidores fiscais, ainda ausente o devido reconhecimento pelos brilhantes resultados alcançados em todos os níveis de competência do órgão, resta que nos façamos perceber por meio da paralisação de algumas dessas atividades, de modo que fique claro ao governo, de forma inequívoca, a real dimensão da importância que a Receita Federal tem para o Estado brasileiro.

Os Auditores-Fiscais membros das EQAUDs, nas diversas regiões e grupos nacionais, efetuaram no último ano glosas de créditos pleiteados indevidamente pelos contribuintes, que perfazem o montante de **R\$ 22,4 bilhões de reais!** Somente esses valores já seriam suficientes para garantir o orçamento integral do órgão e a regulamentação do programa de eficiência, em mais de uma dezena de vezes.

Ocorre que os efeitos da mobilização da categoria já se fazem presentes nesses números. O quantitativo de auditorias concluídas através do Sistema de Controle de Crédito e Compensação (SCC), sofreu redução de impressionantes 65,3% em janeiro de 2022, se comparado ao mesmo período de 2021. Já em termos de valores, considerando os mesmos períodos, a redução nas glosas de créditos indevidos atingiu impactantes 40,6%. Aplicando-se uma proporção direta ao longo de todo o ano de 2021, seriam 9 bilhões de créditos pleiteados indevidamente que deixariam de ser barrados pelos Auditores-Fiscais, com risco de serem utilizados em compensações com débitos tributários, ou mesmo restituídos aos contribuintes.

Tendo em vista que o governo não tem buscado resolver essas questões, e que há grande urgência por se tratar de ano eleitoral, o que implica em prazo para que a regulamentação do programa de eficiência seja efetivada, será dada ênfase e atenção imediata pelos membros das EQAUDs às seguintes ações para acirramento da mobilização, sem prejuízo das demais ações já em curso:



paralisação completa das análises dos pedidos de habilitações de créditos oriundos de decisão judicial e das antecipações de ressarcimentos; colegas nas funções de gestores financeiros ou ordenadores de despesa deverão assinar somente ordens de pagamento referentes a demandas judiciais; chefes de equipe somente deverão distribuir trabalhos decorrentes de demandas que envolvam prazos judiciais; não distribuição ou atendimento a demandas oriundas de outras equipes (com exceção àquelas que envolvam prazos judiciais); chefes de equipe exonerados deverão providenciar a exclusão de seus nomes como supervisores do sistema Ação Fiscal, inserindo os titulares das unidades; verificação da possibilidade de imediato encaminhamento dos processos que possam envolver débitos de entes municipais.

Infelizmente, vislumbra-se um cenário sombrio para a Receita Federal nos próximos anos, caso continuemos submetidos ao descaso do governo. É inimaginável que qualquer chefe no órgão, que porventura ainda tenha permanecido no cargo, conseguirá gerenciar minimamente uma equipe, ter coragem para cobrar motivação, empenho e metas dos colegas, depois de tamanha desvalorização, descaso e humilhação. Também, os colegas que continuarem a exercer os trabalhos de competência do cargo, em sua normalidade, serão responsáveis pela lamentável situação que se avizinha.

É fato que inexistente qualquer mérito em ser chefe, delegado ou superintendente, com suas equipes em frangalhos, desmotivadas, com alma subtraída pelo descaso daqueles que não compreendem a grandeza da Receita Federal e de suas autoridades tributárias. Não haverá espaço para líderes nesse ambiente. Os verdadeiros líderes já terão se juntado aos seus pares, na luta pela nossa valorização, pela nossa dignidade.

Não obstante, apesar da gravíssima situação em que se encontra a Receita Federal, nós, Auditores-Fiscais abaixo assinados, cientes de nosso relevante papel para o Estado brasileiro, continuaremos sempre a postos para bem exercer nossas competências, tão fundamentais a toda a sociedade, assim que seja dado um basta à desvalorização continuada a que estamos sendo submetidos. O Brasil precisa e merece uma Receita Federal forte e atuante, de uma vez por todas.